

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Celeridade para julgar golpistas

Supremo tem a tarefa de analisar denúncia da Procuradoria e ajuizar possíveis réus para evitar que tema se misture com eleição

» LUANA PATRIOLINO
» FERNANDA STRICKLAND

Com a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e 33 pessoas por tentativa de golpe de Estado, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) corre contra o tempo para o julgar os acusados até o fim deste ano. O receio é de que o resultado aumente a polarização nas eleições de 2026 e consuma a atenção do Judiciário, como ocorreu no julgamento do Mensalão — o mais longo da história da Corte, com 53 sessões em 138 dias.

A expectativa é de que a Primeira Turma aceite, por unanimidade, tornar Bolsonaro e os outros denunciados em réus. O colegiado é composto pelo ministro Alexandre de Moraes (relator do processo), Luiz Fux, Cármen Lúcia, Flávio Dino e Cristiano Zanin. Este último é o presidente do colegiado e responsável por marcar a data de quando o caso será liberado para julgamento.

Moraes pretende levar a denúncia a julgamento na Primeira Turma ainda neste primeiro semestre. Nos bastidores, os ministros apontam que a análise da denúncia impactará as eleições presidenciais de 2026. Mesmo inelegível até 2030, após condenação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bolsonaro ainda se coloca como candidato no próximo pleito, e seus aliados buscam abrir caminhos para anistiá-lo no Congresso.

Para o cientista político André César, a denúncia da PGR teve o condão de mobilizar a direita, não em torno de Bolsonaro, mas na busca de um candidato competitivo contra Lula. “Alguém vai ter que assumir esse posto. Pode ser (os governadores) Ronaldo Caiado (GO), Romeu Zema (MG) ou Eduardo Leite (RS). A direita pode até mudar de nome, não ser mais a direita bolsonarista, mas continuará em busca de um perfil”, observa. Dos três governadores, o único a anunciar pré-candidatura à Presidência da República é Caiado, que marcou evento para 4 de abril, em Salvador.

O cientista político Elias Tavares partilha do mesmo entendimento. “A direita precisará reorganizar sua estratégia e encontrar um novo nome forte. A polarização, assim, estará garantida. O 8 de Janeiro será explorado como símbolo tanto pelo governo, que reforçará a narrativa de defesa da democracia, quanto pela oposição, que tentará minimizar o episódio ou alegar perseguição judicial”, destaca.

Antonio Augusto/STF



Julgamento na Primeira Turma do Supremo sob a presidência de Cristiano Zanin. Está nas mãos do ministro a colocação do tema para análise pelos demais magistrados

» Abalo no primeiro governo Lula

O julgamento do escândalo do Mensalão é o mais longo da história do Supremo Tribunal Federal. Foram 53 sessões, em 138 dias, para analisar a denúncia apresentada contra ex-integrantes do primeiro governo do presidente apontados como integrantes de um esquema de compra de votos de parlamentares para que projetos de interesse do Palácio do Planalto fossem aprovados. Entre eles, estavam os petistas José Dirceu, Luiz Gushiken, João Paulo Cunha e José Genoíno. O processo teve 69 mil páginas, 147 volumes e 173 apensos, com 38 réus, 24 condenados e mais de 600 testemunhas ouvidas. O episódio veio à tona com as imagens do então chefe do Departamento de Contratação de Material dos Correios, Maurício Marinho, recebendo um pacote de dinheiro como propina. Ele era apadrinhado político do então deputado federal Roberto Jefferson. Os dois foram denunciados pelo Ministério Público e, por causa disso, o ex-parlamentar acusou integrantes do governo de comprarem votos de congressistas.

A esquerda também está de olho nos desdobramentos do julgamento para alavancar a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujas pesquisas de opinião mostram que está em baixa. No Planalto, é esperado de que a população leve em consideração no voto a tentativa de golpe de Estado articulada por Bolsonaro e apoie a reeleição.

Porém, a denúncia e a possível condenação do ex-presidente e de personagens do governo terão efeito positivo limitado para Lula. “Não vejo como conectar o processo do golpe com a

retomada da popularidade do Lula. São questões distintas. O governo tem que se escorar em outros elementos para virar esse jogo da popularidade”, ressalta André César.

Elias Tavares aponta que, mesmo depois da decisão no Judiciário, a trama do golpe de Estado urdida por Bolsonaro e seus ex-auxiliares e seguidores permanecerá entre os principais temas eleitorais. “Esse julgamento será longo, porque envolve um volume inédito de processos, além de réus que vão desde militantes até empresários e políticos. A defesa

dos envolvidos usará todos os instrumentos jurídicos para arrastar o caso. Quanto mais demorado for o julgamento, maior a chance de se tornar uma pauta da disputa eleitoral. É um tema que, dificilmente, sairá do debate público de 2026”, avalia.

“O Mensalão ocupou todo o Supremo, travou tudo. Eles ficaram focados só nessa questão por muito tempo. Os ministros não querem repetir isso com o julgamento do golpe. Por isso, não querem deixar que saia da Primeira Turma para ir para o plenário, pois demorará e pode atravessar o ano”, acrescenta André César.

Longo processo

Antes do julgamento na Primeira Turma, são necessários ritos procedimentais, como abertura de prazo para contestação das acusações. Na semana passada, o ministro Alexandre de Moraes determinou 15 dias para a equipe de advogados de Bolsonaro responder à denúncia da PGR e rejeitou o prazo de 83 dias solicitado pelos defensores. Caso o colegiado aceite tornar os acusados em réus, uma nova fase se inicia.

“Serão inquiridas testemunhas, tanto de acusação como

de defesa, bem como será oferecido às partes juntar documentos que considerarem necessários, até que façam suas alegações. Depois disso, a Corte poderá tomar uma posição quanto a responsabilidade do ex-presidente e dos demais acusados”, explica o criminalista Henrique Attuch.

Como são 34 acusados, as defesas de cada um têm instrumentos legais para postergar os recursos, além da quantidade de envolvidos, pois cada denúncia pode ter até oito testemunhas. “Bolsonaro está em cinco processos. São 40 testemunhas. Multiplique isso por 34 e imagine quanto tempo vai demorar”, adverte André César.

O tempo de tramitação dependerá de fatores como a complexidade do caso e as estratégias das defesas. Se houver condenação, as penas podem incluir reclusão e perda de direitos políticos.

“Mas se o STF entender que as provas não são suficientes, o caso pode ser arquivado antes mesmo de um julgamento final. Essa possibilidade, porém, é baixa, diante do volume de evidências reunidas na investigação”, aponta o advogado Wagner Roberto Ferreira Pozzer.

A acusação da PGR

Trama previa até assassinatos

A Procuradoria-Geral da República denunciou Jair Bolsonaro e 33 pessoas por estimular e realizar atos contra os Três Poderes e contra o Estado Democrático de Direito. Segundo a PGR, o ex-presidente atuou ativamente na trama golpista para se manter no poder e impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

A denúncia destaca um plano de assassinato de autoridades e o apoio aos ataques de 8 de janeiro de 2023. Também foram denunciados o ex-ministro e ex-vice na chapa de Bolsonaro, general da reserva Walter Braga Netto, e o ex-ajudante de ordens da Presidência, tenente-coronel do Exército Mauro Cid.

Os envolvidos são acusados de crimes como organização criminosa, tentativa de golpe de Estado, dano ao patrimônio público e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. As investigações foram baseadas na delação de Mauro Cid, em documentos, testemunhos e registros digitais.



ROBERTO BRANT

PRESIDENTE VENCEU AS ÚLTIMAS ELEIÇÕES NÃO PELAS SUAS IDEIAS OU PROPOSTAS, MAS POR TER SE TORNADO A ÚNICA ALTERNATIVA PARA DERROTAR JAIR BOLSONARO

Uma oportunidade para zerar o jogo

Desde o início deste século, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido a figura dominante e invencível da política brasileira. Das seis eleições presidenciais que foram disputadas, de 2002 até 2022, ele venceu cinco, três pessoalmente e duas por meio de uma indicação sua, Dilma Rousseff, sem nenhum capital político próprio. Na única vez que seu candidato foi derrotado, estava preso por condenação criminal, em um momento particularmente adverso para ele e seu partido. Na eleição seguinte, venceu novamente.

Nesses 25 anos do novo século, algumas coisas melhoraram, especialmente no campo das políticas sociais. A pobreza não diminuiu muito, mas a condição de vida dos pobres tornou-se menos perversa, graças ao SUS e ao Bolsa Família, obras coletivas do sistema político brasileiro, e não uma iniciativa exclusiva dos governos do PT. O

crescimento econômico foi irregular, alternando momentos bons e situações críticas, especialmente no governo Dilma. Ao final das contas, o Brasil não se libertou da pobreza crônica, nem mudou de patamar nas comparações internacionais.

Parece que o longo ciclo de Lula está se aproximando do fim. Apesar de tanto tempo no poder e do uso aberto desse mesmo poder para fins políticos, o PT vem definhando. É claramente um partido de velhos quadros e velhas ideias, que sobrevive pelas sobras do carisma de seu líder. E tal como seu partido, Lula também não foi capaz de se renovar e compreender as mudanças no mundo e no Brasil.

O presidente venceu as últimas eleições não pelas suas ideias ou propostas, mas por ter se tornado a única alternativa para derrotar Jair Bolsonaro. Infelizmente, não compreendeu isso e preferiu

governar em minoria com os companheiros de sempre e, também, com as ideias de sempre.

Não podia dar certo. Graças à expansão fiscal patrocinada por Bolsonaro no ano eleitoral e aos gastos públicos autorizados, a seu pedido, pelo antigo Congresso, o governo Lula surfou numa onda de crescimento e de baixo desemprego nos dois primeiros anos. O custo deste falso crescimento, como não poderia deixar de ser, foi uma crise fiscal, o aumento perigoso da dívida pública e juros na estratosfera. Os próximos dois anos serão de baixo crescimento, juros altos e inflação acima da meta e essas expectativas estão disseminadas em toda a população.

Os baixos índices de aprovação e a alta rejeição do governo e do próprio presidente não são o resultado de falhas de comunicação, mas o fruto de um governo ausente, omissivo e que não entrega

resultados. É um governo sem pensamento estratégico, fechado em si mesmo e sem horizontes. É o exercício puro do poder pelo poder.

O mundo está passando por turbulências nunca vistas, e com toda certeza será radicalmente reconfigurado em termos econômicos e geopolíticos. Será um mundo de grandes riscos e perigos para nós, mas, também, de muitas oportunidades que, para serem aproveitadas, precisarão de um governo que tenha clareza estratégica, compreensão da realidade e visão de longo prazo — tudo que não temos, mas precisamos ter.

Sem alternativa

Nesses 25 anos, o país fracassou em encontrar uma alternativa a Lula e seu partido. Várias candidaturas convencionais foram tentadas, mas as disputas foram perdidas, até que um candidato

improvável se apresentou e resgatou, finalmente, a grande legião de brasileiros que não votava no PT. Os eleitores de Bolsonaro foram praticamente os mesmos que votaram sempre no PSDB e perderam todas as eleições.

Hoje a política brasileira está dividida entre Lula e Bolsonaro, porque nossa vida cívica deteriorada não consegue projetar novas lideranças. Ambos são políticos de um tempo que já passou, incapazes de guiar o Brasil para as mudanças que chegam em toda parte.

Uma oportunidade está se abrindo finalmente para nós. O governo Lula parece irrecuperável e o julgamento de Bolsonaro, qualquer que seja o seu desfecho, certamente afetará sua relevância. Os ventos parecem favoráveis à renovação. Resta ao sistema político cumprir seu papel e, à população brasileira, recuperar o ativismo e a esperança.